

O acesso das mulheres à docência nos Institutos de Ensino Secundário, em Espanha: condições de acesso e características

Consuelo Flecha García*

O presente artigo é uma síntese do processo de feminização que afectou o professorado oficial do ensino secundário em Espanha, desde a origem da incorporação das mulheres na docência do bacharelato ⁽¹⁾ atribuído pelos institutos na segunda década do século XX, até à generalização da sua presença a partir da Lei Geral de Educação de 1970.

Refere as circunstâncias que permitiram e acompanharam a incorporação de mulheres como professoras nos Institutos de ensino secundário. As expectativas de um trabalho profissional qualificado, o desejo e a necessidade de que os seus estudos tivessem uma utilidade pessoal e social, e o reconhecimento de todo o esforço que isso representou, fez com que fosse possível às mulheres ocupar, com rigor e com reconhecimento, um espaço legítimo dentro da profissão docente. Estas conquistas permitiram transformações e deslocamentos simbólicos significativos em períodos e momentos políticos em que não estaria prevista a sua presença em muitos dos lugares que ocupavam profissionalmente.

Palavras-chave

Mulheres; Educação Secundária; Professoras; História; Espanha.

* Universidad de Sevilla (Espanha)

Tradução da língua castelhana
Rita Alonso

Revisão científica
Manuel Tavares

Introdução

As novas leituras das práticas educativas protagonizadas por mulheres, ao longo da história, são mais uma manifestação desse movimento que se relaciona, tanto com a memória como com a actualidade, denominada Estudos sobre as Mulheres. Leituras essas que estão a contribuir para um melhor conhecimento da presença e implicação feminina no professorado dos diferentes níveis de ensino e de educação.

A escolarização das meninas nas escolas primárias, e, décadas mais tarde, no ensino secundário, ao longo do século XIX, levou a converter a necessidade da presença de mulheres na profissão docente, nesse mesmo século, como professoras e, já no século XX, como professoras de bacharelato. Precisamente no momento em que as funções requeridas para o ensino se estavam a ampliar em função das exigências reclamadas pelos horizontes de mudança que se faziam sentir, não só na sociedade espanhola, como em outros países da Europa.

Neste clima, a decisão que algumas jovens começaram a tomar, em Espanha, a partir de 1870, de se matricularem nos Institutos de Ensino Secundário, com o objectivo de obterem o grau de bacharel, introduziu a inesperada novidade de que as mulheres desejavam a realização de estudos que não tinham sido pensados para elas (Flecha, 1998: 159-178). A finalidade que esses estudos pretendiam alcançar na preparação dos alunos, quer para a entrada na Universidade quer para o exercício de profissões que requeriam esse nível de formação, tinha excluído a possibilidade a quem não estava destinada nem a um nem a outro, embora fosse esse o desejo das mulheres professoras. De facto, a resposta inicial que recebe a primeira jovem que solicita equivalência de matérias de bacharelato num Instituto de Ensino Secundário, o de Huelva (Correa, 1996: 123-134), foi que não o podia fazer por não existir nenhuma norma que permitisse às mulheres realizar esse tipo de estudos.

Uma mentalidade não partilhada, no entanto, pela maioria crescente de raparigas que cada curso académico foi incorporando ao grupo de alunos dos Institutos de Ensino Secundário – cento e setenta na primeira década (Flecha, 1998: 167) -, em que às equivalências das matérias do plano de estudos de bacharelato, quando finalizado, correspondia um grau que lhes permitia o ingresso na Universidade.

As Professoras do Ensino Secundário

A evidência dessa vontade feminina, de progredir nos graus de ensino para além do ensino primário e das Escolas Normais, foi-se manifestando por uma presença progressivamente mais habitual de alunas nos Institutos de bacharelato, à medida que o tempo passava; e alertou para a conveniência de oferecer um horizonte profissional qualificado às que, além do mais, iam terminando a carreira universitária. Uma e outra realidade levou o Ministro de Instrução Pública e Belas Artes, em Setembro de 1910, Don Julio Burell, que ocupava o cargo ministerial

nessa época - a regular a possibilidade de que as mulheres licenciadas pudessem concorrer a determinados lugares postos a concurso pelo Ministério a que então presidia. Fê-lo através de uma ordem Real que dizia:

As portadoras de graus académicos emitidos por este Ministério ou pelos Directores e demais Chefes de Centros de Ensino, poderão concorrer a partir desta data a todos os lugares ou concursos anunciados ou que venham a ser anunciados, com os mesmos direitos que os outros opositores ou concorrentes para o desempenho efectivo e imediato de Cadeiras, e de quaisquer outros lugares, objecto das pendentes ou sucessivas convocatórias¹.

Isto supôs, finalmente, reconhecer às mulheres o direito ao desempenho de funções em Institutos de Ensino Secundário, em Faculdades e em Bibliotecas, Arquivos e Museus, e devolver aos seus graus de licenciatura o valor profissional para o exercício em instituições e postos do Estado.

A partir desta data, inicia-se a entrada de professoras nos Institutos a um ritmo muito lento, nos primeiros anos, pois, à medida que aumenta o número de alunos e se criam novos Institutos no final da década dos anos vinte, e, muito especialmente, em virtude das primeiras actuações do Governo da II República de 1931 a 1933, ocorre a necessidade de aumentar o número de professores, passando a ser mais frequente a presença de mulheres. Já poderiam trabalhar num nível de ensino considerado socialmente como um sinal de prestígio na transmissão cultural e como um indicador do processo de modernização que foi impulsionado em Espanha ao permitir o acesso a um maior número de estudantes.

A poucos meses de se ter aprovado a norma que reconheceu essa validade profissional aos graus de licenciatura concedidos às mulheres, antes de finalizar o curso académico de 1910-1911, encontramos uma professora no Instituto Provincial do Ensino Secundário de Valência. Tratava-se de Julia Gomis Llopis (Barcelona, 1881), responsável por uma das disciplinas que figurava no curriculum de estudos do bacharelato, a de Desenho. Era professora da Escola Normal Superior de Professoras e das Escolas de Adultos dessa mesma cidade.

Uma prática docente que desenvolveu solitariamente durante sete anos, pois não incorporaram outras professoras nos Institutos até Outubro de 1918. Data em que já podemos falar de um grupo de nove professoras em diferentes Institutos: Valência, Barcelona, Melilla, Badajoz, e Instituto-Escola (Madrid). Sabemos que leccionavam as seguintes matérias: Desenho, Francês, Geografia e História, Ciências Naturais e Latim.

Isto ocorreu num contexto de alguns factos significativos que vieram a apoiar essa dinâmica. Em Junho de 1918, Julia Gomis tinha passado a ocupar, com carácter definitivo, um dos lugares de auxiliar do quadro do Ensino Secundário na cadeira de Desenho² que tinha sido posto a concurso em Outubro de 1917. E, umas semanas depois, no mês de Julho, tinha-se aprovado uma *Lei de Funcionários* que reconhecia o direito de acesso das mulheres à função pública, não só ao de Instrução Pública e Belas Artes mas generalizando-se a todos os Ministérios. Tinha a seguinte formulação:

A mulher poderá servir o Estado em todas as classes da categoria de Auxiliar. Ao passo que no ingresso ao serviço técnico, os Regulamentos determinarão as funções a que pode ser admitida e aquelas a que pela sua especial natureza não se permite. A sua admissão verificar-se-á sempre pelos mesmos requisitos de aptidão exigidos aos homens³.

A partir deste enquadramento legal comprova-se, com naturalidade, os cargos ocupados pelas mulheres na administração dos assuntos públicos. O mesmo aconteceu nos Institutos, onde se encarregavam da docência de um número amplo de disciplinas, embora mantendo-se, durante um largo período de tempo, em percentagem minoritária. A Tabela I, elaborada a partir dos dados recolhidos nas Folhas de Serviço das professoras, guardadas no Arquivo Central do Ministério de Educação e Cultura⁴, - dado que as estatísticas oficiais apresentam uma lacuna nesta questão - reflecte o ritmo a que ocorreu o acesso enquanto decorriam os cursos académicos (Flecha, 2000: 283-294). Uma evolução que interveio, tanto na oferta de vagas nos Institutos existentes, ou nos que se foram criando antes e depois de 1930, como na procura desses postos de trabalho por parte das estudantes universitárias em Ciências e em Letras que iam obtendo a licenciatura – as quais passaram de 898 matriculadas, em 1923-1924, para 2.588, em 1935-1936.

Tabela I
Ritmo de incorporação de Professoras nos Institutos
de Ensino Secundário

Número das que entram em cada período, desde 1911 até 1940						
Período	1911-1918	1919-1923	1924-1928	1929-1933	1934-1938	1939-1940
Número	10	27	130	263	225	46

Fonte: Folhas de Serviço das Professoras. Elaboração da autora.

A reforma do bacharelato, aprovada pelo Decreto Real de 25 de Agosto de 1926, quando era Ministro da Instrução Pública Eduardo Callejo de la Cuesta (Madrid, 1875-1950), contribuiu para o crescimento geral das matrículas, e, em particular, das femininas (Sanchidrián, 2005: 377-389), ao estabelecer dois ciclos no bacharelato, um elementar e outro superior. Na parte introdutória desta norma justificava-se a importância da reforma, precisamente “por afectar a grande maioria da classe média e pelo crescente aumento da escolaridade feminina”. O Governo apoiava-se na certeza de que, melhorando este nível médio de ensino, respondia às necessidades de um grupo social em expansão, aquele grupo a que, na verdade, sempre haviam estado destinados esses estudos, aos jovens das classes médias (Viñao, 1996: 140-141); e agora, também, a um “grande número de raparigas que frequentam os Institutos”, embora incluindo-as entre aqueles que, “sem aspirar a ingressar nas Universidades, desejam melhorar a cultura que obtiveram no ensino primário” (Exposição do Decreto Real⁵).

Parece que se cumpriu, só em parte, no que se refere a essa falta de expectativas

femininas, já que durante os dez anos anteriores à guerra civil, a abertura de novos Institutos oficiais e de Centros privados femininos de Ensino Secundário, assim como o ingresso de professoras, foi, paralelamente, aumentando; o que explica o processo de entrada de novas professoras, tal como mostram os dados da Tabela I.

A guerra civil espanhola introduziu um desajuste no funcionamento e nos quadros do professorado dos Institutos, de 1936 a 1939. Circunstância que, certamente, pode levar a que fossem as mulheres as disponíveis para assumir a docência em muitas salas de aulas, perante a falta de homens, implicados directamente no conflito bélico. Inclusive a que se assinala na Tabela I, como última etapa, 1939-1940, embora inclua um único período, o imediatamente subsequente ao fim da guerra, em que o número de novas incorporações é significativo. E, quando analisamos os dados numa outra perspectiva, vendo o número e a proporção de professoras, – as que começaram e as que já pertenciam aos quadros - que em cada curso académico fazia parte dos corpos docentes no conjunto dos Institutos, comprovamos, igualmente, o aumento constante do peso que neles iam representando. Na Tabela II aparece o número e a percentagem a partir da data em que passaram a elaborar-se estatísticas oficiais.

Tabela II
Presença de Professoras e Professores em Institutos de Ensino Secundário

Números absolutos e Percentagens, em diferentes cursos académicos					
Curso	Professoras	Professores	Total	% AS	% OS
1928-29	111	1.829	1.940	5,7	94,3
1929-30	143	1.908	2.051	6,9	93,1
1933-34	393	3.047	3.440	11,4	88,6
1939-40	364	2.031	2.395	15,2	84,6

Fonte: *Anuários Estatísticos de Instrução Pública e Anuários Estatísticos de Espanha* dos anos correspondentes. Elaboração da autora.

Apesar de tudo, tendo em conta o que a guerra civil alterou nas vidas pessoais, nas relações familiares e nas dinâmicas sociais, a permanência nesta actividade laboral é a imagem que nos é dada pelas estatísticas. De uma ou outra forma, o exercício da docência no nível do ensino secundário protagonizado por mulheres, tinha conseguido afirmar-se, ao alcançar, em apenas vinte anos de trajecto, 15,2% do conjunto de professores. Era uma saída profissional para aquelas jovens que tinham obtido um grau universitário,⁶ justificada pelo contexto que então se vivia, e em que elas se afirmavam com satisfação e eficácia.

As disciplinas académicas que cursaram e ensinaram

Com base nas matérias do plano de estudos das que frequentaram este nível de ensino, desde o seu início, em 1910, até ao ano 1940, vemos que as mesmas

se distribuem por um amplo leque de âmbitos científicos, embora com distintas incidências, ao nível da frequência, nos diversos domínios científicos.

As disciplinas académicas que faziam parte do curriculum de aprendizagem, neste período temporal, respondendo às reformas de bacharelato dos anos 1903, 1926 e 1934⁷, além de algumas mudanças pontuais, variou mais no modo de denominação das disciplinas do que nos conteúdos seleccionados para serem transmitidos em cada uma delas. Daí que, na Tabela III, se tenha optado por reflectir os termos mais comuns, iludindo as especificações que foram introduzidas pelos distintos departamentos ministeriais responsáveis pelo seu regulamento nessas décadas.

A importância e o peso de cada disciplina dentro do plano de estudos, o carácter obrigatório ou optativo que se lhe atribuiu, o número de horas lectivas semanais atribuídas no conjunto do horário lectivo, a sua inclusão nos cursos iniciais de bacharelato ou nos mais avançados, a oferta disponível de mulheres diplomadas numas ou noutras especialidades, e a exigência de estudos universitários ou de um bacharelato de grau médio, como requisito para se encarregar da matéria, etc., foi condicionando e/ou possibilitando o acesso das mulheres a este nível de ensino, nos anos de abertura de tantos Institutos do Ensino Secundário repartidos por toda as regiões nacionais. Momento que coincidiu, como já se assinalou, com um crescimento significativo do número de universitárias licenciadas com vontade de trabalhar nas áreas para as quais o curso universitário as havia preparado, sucedendo o mesmo com a matrícula de alunas nos Institutos; circunstâncias que aconselhavam a presença de professoras nas aulas desses Centros.

Tabela III
Dedicação científica das Professoras de Institutos

Disciplinas de que eram responsáveis					
Matéria	Total	%	Matéria	Total	%
Línguas modernas	136	19,9	Letras	21	3,1
Geografia e História	103	15,1	Educação Física	17	2,5
Língua e Literatura	88	12,9	Filosofia	14	2,1
Desenho	56	8,2	Música	14	2,1
Ciências Naturais	54	7,9	Trabalhos Manuais	11	1,6
Latim	47	6,9	Caligrafia	6	0,9
Física e Química	44	6,4	Grego	2	0,2
Matemática	40	5,9	Ética e Rudim. de Direito	1	0,1
Dactilografia e Estenografia	28	4,1	Língua e Literat. Catalã	1	0,1
TOTAL			683	100	

⁷ Percentagem de cada disciplina em relação ao total das aulas dadas por essas Professoras. Fonte: Histórico das Professoras. Elaboração da autora.

As línguas modernas ocupavam o maior número de professoras, sobretudo a língua francesa, a língua estrangeira mais usual no sistema escolar espanhol; mas também o inglês, o alemão e o italiano. Houve disciplinas em que encontramos professores em virtude da distinção nos diplomas que possuíam, mas também em função da sua origem geográfica. Algumas, poucas, eram licenciadas em diferentes disciplinas, muitas tinham o título de professoras do ensino primário, outras tinham

um tipo de diploma, na língua correspondente, obtido em Espanha ou noutros países, e também havia professoras originárias da própria cidade; estas últimas a exercerem, maioritariamente, num dos Centros, o Instituto-Escola, no de Madrid desde a sua abertura em 1918, e nos criados a partir de 1932, em Barcelona, Valência, Sevilha e Málaga.

Seguidamente, encontram-se duas disciplinas, comuns a todos os planos de estudos em vários cursos de bacharelato dos anos a que nos estamos a referir: Geografia e História⁸ nalguns casos e Língua e Literatura⁹ noutros. Para assumir esta docência era necessário ter realizado uma carreira universitária, a de Filosofia e Letras, a qual tinha começado a ser escolhida pelas mulheres, sobretudo nas especialidades de Letras e de História, precisamente a partir do momento em que se reconhecia o direito, a que elas também teriam, ao exercício dessa profissão. As que aparecem, na relação da Tabela III, como professoras de *Letras*, denominação que se utilizava no caso das Ajudantes, uma vez que podiam encarregar-se de qualquer disciplina dessa especialidade, devem ser consideradas igualmente no grupo de Geografia e História e de Língua e Literatura, ainda que enquadradas em secções próprias, tal como aparece nas fontes consultadas.

Num segundo grupo, com uma percentagem que anda entre 8,2 e 5,9 por cento, encontram-se Desenho, diferentes matérias de Ciências - Ciências Naturais¹⁰, Física e Química ou Matemática - e Latim. De entre todas, foi, sobretudo, à disciplina de Matemática, a que se atribuiu um elevado número de horas dentro da distribuição do trabalho escolar, mas havia poucas mulheres com a especialidade em Ciências Exactas que pudessem responsabilizar-se pela sua docência. Não obstante, uma das primeiras responsáveis por uma cátedra no Ensino Secundário, foi desta matéria; nos concursos de 1928, Carmen Martínez Sancho (Toledo, 1901) ganhou uma Cátedra desta disciplina, sendo nomeada para a vaga do Instituto de El Ferrol¹¹ na Galiza. Tinha já o grau de mestre –foi a primeira mestre em Matemática da Universidade espanhola (Millán, 1990: 505-515) -, e durante a maior parte da sua vida, até à reforma, exerceu como professora de Matemática, no Instituto de Ensino Secundário, “Murillo”, de Sevilha.

Menor foi a presença de professoras de Dactilografia e Estenografia, e, além disso, com um horário reduzido, pois tratava-se de disciplinas que haviam começado a fazer parte do plano de estudos na reforma do bacharelato de 1931, se bem que com carácter opcional. A mesma situação ocorreu com as professoras de Caligrafia pois, mesmo contando, neste caso, com uma maior tradição nos planos de estudo, desapareceria, como as outras duas, na reforma do bacharelato de 1934, sendo Ministro de Instrução Pública Filiberto Villalobos (Salvatierra de Tormes, 1879, Salamanca, 1955)¹². Foram também poucas as professoras de Educação Física, - responsáveis por esta disciplina, unicamente, para o grupo de alunas - e as de Filosofia; o mesmo que as de Música, Desenho, Lavoures ou Trabalhos Manuais, porque eram disciplinas que não existiam em todos os Centros; as duas últimas, por exemplo, só estavam incluídas no plano de estudos dos Institutos-Escolas.

Nas três últimas disciplinas que aparecem na Tabela III, a presença é testemunhal. Grego era uma disciplina que se incorporou no plano de 1934 como optativa – oferecia-se apenas naqueles centros que assim o decidissem, - não passando a ser obrigatória até à reforma do bacharelato de 1938; Ética e Rudimentos do Direito foram uma nova reincorporação nos planos de 1931 e de 1932; e Língua e Literatura catalãs eram específicas do Instituto-Escola de Barcelona.

Todas elas constituem uma ampla gama de matérias, que cobria a maior parte das incluídas nos planos de estudo naquelas décadas, e que foram sendo exercidas também por mulheres, se bem que com percentagens diminutas.

Qual era a origem familiar destas professoras?

Não realizei um acompanhamento individualizado e sistemático do meio familiar e do itinerário biográfico destas professoras, mas pude recolher alguns dados que nos servem de referência em relação aos ambientes de origem onde foram educadas. Trata-se de um conjunto de testemunhos sobre circunstâncias pessoais e contextos socioculturais relativos, mais em concreto, a cento e setenta e nove delas. Por diversos motivos, consultámos alguns documentos, tais como certidões de nascimento e muitos outros documentos onde podem ser consultados o seu historial académico e profissional, onde se dá conta das profissões dos pais, da mãe, dos avós ou do marido, informam sobre o número de filhos, fazem alusão a outros membros da família, etc., até alcançar, neste caso, um total de duzentos familiares sobre os quais foi possível obter alguma informação.

A profissão que exercia o pai, a mãe ou os avós, já tinha sido obtida, na maior parte dos casos, através da certidão de nascimento destas professoras, razão pela qual há que contar com uma margem de mobilidade sócio-familiar desde a data do seu nascimento até ao momento em que realizam os estudos universitários e em que se iniciam na profissão docente; ainda que, muito provavelmente, as mudanças experimentadas não sejam muito significativas no conjunto do grupo. Nos questionários que tiveram que completar para o processo de selecção nos anos da guerra civil também aludem, às vezes, à profissão dos seus pais e de outros familiares; em várias ocasiões, pela relação que este dado tinha com as circunstâncias que rodearam a sua vida desde o início e durante a guerra.

A selecção foi o processo administrativo posto em curso, em 1936, com a finalidade de garantir a adesão pessoal aos princípios políticos e ideológicos que com a guerra se pretendiam defender. A finalidade era realizar um controlo estrito principalmente sobre os funcionários públicos, neles incluídos os professores que desejavam continuar a exercer a profissão docente nos centros públicos. As normas legais para regular este procedimento foram abundantes desde 1936, mantendo-se este tipo de actuação mesmo depois do fim da guerra civil (Flecha, 2002; Grana, 2005).

De acordo com esta diversidade de fontes, uma primeira atenção geral à ampla informação encontrada, permite-nos afirmar que as professoras do Ensino Secundário que começaram a exercer em Espanha no primeiro terço do século XX, provinham de estratos sociais bastante diversificados, embora um bom número

delas se agrupasse em torno das classes médias da sociedade espanhola desse período histórico.

Antes de definir os sectores socioeconómicos a que pertencia este grupo de professoras e respectivas famílias, quero salientar a dificuldade em distinguir uns sectores de outros, sobretudo quando não se tem mais do que uma formulação administrativa da actividade laboral. Além disso, é necessário considerar as limitações que implica atribuir um estatuto profissional e respectivas derivações sociais, na medida em que é possível atribuir um conjunto variado de significados muito diferentes a muitos desses sectores de actividade dependendo de cada um dos contextos particulares em que se desenvolveram; daí que convenha fazer alguma aproximação a estes dados, sabendo que a alguns se atribui um significado ambíguo e a outros talvez até inadequado. Por tudo isso, partimos daquele que apenas representa um elemento dos vários que intervêm quando tivemos que situar as pessoas numa determinada classe social (Pro Ruiz, 1995: 47-69).

A profissão dos cento e quarenta e sete pais que encontramos nos documentos mencionados responde a um leque muito aberto de âmbitos laborais, embora com modalidades e proporções muito diferentes em cada um deles. Isso mesmo se manifesta nas trinta e cinco profissões que aparecem na relação da Tabela IV. Pelo que convém adicionar a segmentação que se produzia no seu interior, dando lugar a tantas e distintas posições económicas, culturais e sociais. No que diz respeito ao ensino, encontramos desde Professor do Ensino Primário de uma afastada zona rural, até Professor Catedrático da Universidade; ou, por exemplo, no que diz respeito aos militares, encontramos uma multiplicidade de domínios, de acordo com o posto em que se enquadravam.

Tabela IV
Grupo profissional dos pais das professoras

Profissões declaradas					
Ensino	29	Farmacêutico	2	Juiz	1
Militar	19	Industrial	2	Livreiro	1
Advogado	16	Viajante	2	Magistrado	1
Médico	12	Académico	1	Marquês I	1
Comerciante	11	Arquitecto	1	Notário	1
Empregado	6	Ajudante obras públicas	1	Oficial de Correios	1
Proprietário	6	Chaveiro	1	Pintor	1
Agricultor	7	Escritor - Jornalista	1	Músico:	1
Jornaleiro	5	Escrivão	1	Cabeleireiro	1
Político	4	Funcionário	1	Alfaiate	1
Secretário da Câmara	3	Guarda Civil:	1	Veterinário	1
Engenheiro	3	Cobrador	1		

Fonte: Histórico das Professoras. Elaboração da autora

De facto, ser jornalista ou ser marquês, duas profissões que se incluem na Tabela IV, não era a mesma coisa, sobretudo numa sociedade que estava a despertar para a consciência da liberdade e que estava a abrir-se para poder transitar de um grupo social para outro tendo em conta que o grupo de origem condicionava a mobilidade entre os grupos sociais. Paradoxalmente, ou talvez não, encontramos cinco pais que declaram ser jornalistas, enquanto apenas um se define como marquês. Do mesmo modo, não era a mesma coisa ser arquitecto em Barcelona ou cabeleireiro numa pequena localidade urbana, outras duas profissões que também aparecem.

No que diz respeito à profissão das mães, a maioria dedicava-se a funções *próprias do seu sexo*, segundo a expressão então utilizada; três exerciam como Professoras do Ensino Primário e uma tinha a condição de Marquesa.¹³ No caso dos avós, de acordo com as certidões de nascimento, dois eram professores, outros dois agricultores e seis exerciam cada uma das seguintes profissões: capataz, lavrador, marinho, médico, militar e pintor. Uma avó era comerciante.

Tentando fazer uma classificação dentro dos sectores primário, secundário e terciário, descobre-se uma distribuição muito desigual das famílias entre os distintos sectores de produção. 12,2% estavam vinculadas ao sector agrícola, 20,4% ao industrial, e dois terços do total, 66,6%, ao sector de serviços. Vemos que estas famílias de professores provinham de um grupo social de elevado estatuto, das classes médias da sociedade, da pequena burguesia comerciante, industrial, ou de serviços, de profissionais liberais, de funcionários e de militares; eram, por isso, famílias com uma situação socioeconómica que lhes permitia suportar, em muitos casos com algum esforço, os custos económicos dos estudos universitários naquela época. Vivia-se numa época que carecia de um sistema de bolsas de estudo para suavizar os gastos familiares, e com Universidades em poucas províncias, circunstância que poderia reduzir o número de alunos que poderia deslocar-se para uma cidade afastada do seu domicílio, tendo como finalidade seguir a carreira universitária.

Uma delas, como já se viu, Ana María Liaño Pacheco (Cádiz, 1907), era originária de uma família da nobreza, filha dos Marqueses de Casa Recaño; ambiente que, por tradição, não tinha o hábito nem a necessidade de estudos académicos como garantia de futuro, situação que afectava, sobretudo as mulheres. Mas, não obstante, esta jovem não só terminou a Licenciatura em Filosofia e Letras na Universidade de Sevilha, como começou a trabalhar, primeiro, na própria capital hispalense, depois no Instituto do Ensino Secundário de Cádiz, e, mais tarde, como funcionária do Corpo de Arquivista, Bibliotecários e Arqueólogos.

Muitas das famílias tinham, pois, profissões que, ou exigiam uma formação intelectual prévia de carácter sistemático para poderem inserir-se no sector de serviços ou noutros, ou se desenvolviam num regime de autonomia, de trabalho por conta própria, e em profissões liberais. Cargos em que se exigia sensibilidade e compromisso com uma sociedade em que o progresso devia ser acompanhado por mudanças, e que contribuíram para o despertar de uma consciência mais lúcida

que suponha uma maior preparação e o investimento de recursos em projectos educativos de nível superior para a geração seguinte, e o mesmo era exigido às mulheres.

Se fizermos uma análise da formação prévia necessária a este tipo de dedicação, ela tinha como requisito a passagem pela Universidade ou por estudos superiores equivalentes. Na maior parte destas famílias, as suas filhas e em boa parte também os filhos, representavam a primeira geração que tinha acesso a um grau académico superior. Muitas destas professoras não tiveram, em consequência, essa referência tradicional quando tiveram que se decidir pela universidade tendo em vista a escolha da carreira; todavia, a ausência destas referências teve aspectos positivos, na medida em que lhes possibilitou uma maior liberdade quando tiveram de se matricular numa ou noutra Faculdade e, ao mesmo tempo, lhes deu maior confiança nas suas capacidades e nas possibilidades para ir mais longe nos seus propósitos.

A formação adquirida por estas mulheres

O itinerário académico destas professoras está de acordo com as matérias que tiveram nos planos de estudo dos Institutos do Ensino Secundário vigentes neste período; respectivamente, o de 1903, 1926, as reformas de 1931 e 1932, o plano de estudos de 1934 e o de 1938¹³. No caso das licenciadas, enveredaram por carreiras essencialmente ligadas ao ensino havendo uma correspondência entre o que ensinavam e as aulas na Faculdade de Filosofia e Letras e na Faculdade de Ciências, nas suas diferentes especialidades. Na carreira docente foi sendo cada vez mais habitual a presença feminina como fruto da abertura legislativa a este domínio laboral, em 1910.

Com os dados recolhidos podem fazer-se cinco grandes grupos:

1. Em primeiro lugar, as licenciadas em Filosofia e Letras, que é o grupo mais numeroso, representando 46,5 por cento do conjunto de cursos estudados e/ou graus obtidos.

2. A seguir, embora a longa distância, as que eram Professoras, título que dava a possibilidade de serem responsáveis por várias matérias incluídas no curriculum do Ensino Secundário: Desenho, Língua, Estenografia, onde se encontra uma percentagem também importante, 20,7%.

3. De seguida, as que estudaram na Faculdade de Ciências, nos seus diferentes departamentos e especialidades, numa proporção de 19,8%.

4. Um grupo mais pequeno, 8,5%, havia obtido outros graus de nível médio, que davam igualmente opção de serem responsáveis pelas disciplinas de línguas, desenho ou música.

5. Por último, uma minoria de licenciadas em cursos não relacionados directamente com o ensino secundário, como Farmácia, Direito e Medicina - 4,5% - mas cujo grau servia para exercer nesses Centros.

No seu conjunto, a percentagem de licenciadas entre as primeiras que adquiriram o título de professoras a que nos estamos a referir, era de 70,8%, e de 29,2% das

que tinham um diploma de grau médio.

A Tabela V recolhe os mesmos dados, agora distribuídos por especialidades, nas carreiras que as contemplaram. A de História, dentro da Faculdade de Filosofia e Letras, é a área de conhecimento a que pertencia um maior número de Professoras¹⁴; lugar que corresponde, dentro da Faculdade de Ciências, à especialidade de Química¹⁵. Sem voltar a referir as que tinham estudado Magistério¹⁶, passamos a outro grupo numeroso destas Professoras, as que tinham escolhido para os seus estudos a especialidade de Letras, ou Filologia espanhola¹⁷; e na Faculdade de Ciências, em segundo lugar, estavam as de Ciências Naturais, que, no âmbito dos diferentes planos de estudos foi contando com várias matérias: Fisiologia (em 1903), Agricultura (em 1903, 1926 e 1934), História Natural (em 1903 e 1926), Biologia (em 1926), Geologia (também em 1926) e Ciências Naturais (em 1934 e 1938), cujo ensino requeria um professorado com conhecimentos específicos.

Tabela V
Graus Académicos das Professoras

Cursos e Especialidades que estudaram					
Curso/Especialidade	Total	% ¹	Carreira/Especialidade	Total	% ¹
Filosofia e Letras/História	174	30,2	Direito	8	1,4
Filosofia e Letras – Letras	80	13,9	Medicina	7	1,2
Filosofia e Letras – Filosofia	10	1,7	Magistério	119	20,6
Filosofia e Letras – Clássicas	4	0,7	Belas Artes	17	3,1
Ciências Químicas	68	11,8	Música	12	2,1
Ciências Naturais	28	4,9	Diploma línguas	10	1,7
Ciências Exactas	13	2,2	Professora -contabilidade	8	1,4
Ciências Físicas	5	0,9	Título Educ. Física	2	0,3
Farmácia	11	1,9	Totais	576	100

¹ Percentagem que representa cada uma dos cursos/especialidades em relação ao número total.
Fonte: Elaboração da autora a partir dos Históricos das Professoras.

Filosofia Pura,¹⁸ Língua e Literatura Clássicas¹⁹ foram especialidades minoritárias nas mulheres que se matriculavam na Faculdade de Filosofia e Letras, o mesmo acontecia em Ciências Exactas e em Física, da Faculdade de Ciências²⁰, o que resultou numa mesma incidência na presença de professoras dessas disciplinas. No corpo docente dos Institutos encontramos uma proporção semelhante às que tinham licenciaturas universitárias menos relacionadas com a docência, como Farmácia, Direito ou Medicina, que são os estudos que cursaram algumas professoras das disciplinas de Química, de Ética e Rudimentos de Direito²¹, ou de Educação Física, respectivamente - nesta disciplina, outras professoras tinham o grau específico que se obtinha através de um exame²². Minoritárias também as diplomadas em Belas Artes, em Música, ou as Professoras de Contabilidade ou de línguas, que ministravam o grupo de disciplinas para o qual, naquela época, não era necessário ter realizado estudos universitários.

A etapa do regime franquista

A realidade de uma nova situação política e social, iniciada em 1939 depois da guerra civil, afecta, de uma maneira intensa, a população feminina. O ideal político instaurado e as autoridades ministeriais exigem das mulheres um afastamento dos estudos de bacharelato e universitários. As mensagens incidem na necessidade, e até na urgência, de se dedicarem exclusivamente ao lar, sendo mães fecundas e no apoio aos respectivos maridos. Assim se expressava José Pemartín San Juan (Jerez, 1888-Madrid, 1954), Director Geral de Ensino Médio e Superior, numa obra que em 1940 alcançava já a sua terceira edição:

Deve-se, de facto, tratar de encaminhar a grande corrente de estudantes femininas (sic) afastando-as do pedantismo feminista de Bacharéis e Universitárias, que devem ser a excepção, e orientá-las para o seu próprio e magnífico ser feminino, que se desenvolve no Lar. Implantaram-se para elas estudos práticos de Cozinha, Lavoures, Corte e Costura, ornamentação do lar, economia doméstica, etc., além de outros ensinamentos úteis à generalidade das Mulheres, como Dactilografia, Trabalhos de Oficina, etc. (Pemartín, 1940: 142).

Não obstante, nem o número das matriculadas na Universidade, nem das que escolhiam este domínio profissional, deixou de crescer no início de cada curso académico, chegando a representar 42,5% do total do professorado no período de 1963-64; e superando os 50% dez anos depois, como reflecte a Tabela VI.

Tabela VI
Professores de Institutos do Ensino Secundário/Bacharelato

Dados dos cursos académicos de 1940 a 1975					
Curso	Professoras	Professores	Total	% AS	% OS
1940-41	459	2.303	2.762	16,7	83,3
1946-47	761	2.240	3.001	25,4	74,6
1951-52	1.043	2.380	3.423	30,5	69,5
1955-56	1.492	2.483	3.975	37,5	62,5
1963-64	2.496	3.374	5.870	42,5	57,5
1974-75	12.477	13.074	25.551	48,8	51,2

Fonte: Estatística do Ensino em Espanha. Anos correspondentes. Elaboração da autora.
Fonte: Anuários Estatísticos de Instrução Pública e Anuários Estatísticos de Espanha dos anos correspondentes. Elaboração da autora.

Nem os discursos adversos ao desempenho de funções públicas por parte das mulheres durante as primeiras décadas do franquismo, nem outras circunstâncias económicas e culturais desse mesmo período, foram capazes de impedir a presença feminina num âmbito de transmissão de conhecimentos rodeado de prestígio social e profissional. Os dados demonstram este aumento constante desde 1940 até à morte de Franco, em 1975; precisamente no curso académico que tinha finalizado uns meses antes, as professoras aproximavam-se já dos 50% no conjunto dos Institutos.

É verdade que durante um período de quase trinta anos, até finais dos anos sessenta, as mulheres da classe média não tiveram acesso a numerosas profissões a que a sua titulação universitária dava direito, e a docência no bacharelato era uma saída para as que encontravam menos obstáculos; por isso, decidiram escolhê-la com tanta frequência.

O início da democracia

Com a democracia, abrem-se novas possibilidades profissionais à população feminina e, como se mostra na Tabela VII, essas possibilidades potenciaram-se, também, no ensino ao nível do bacharelato. Diferentes razões contribuíram para as decisões tomadas. No âmbito deste nível de ensino assistiu-se à presença de maioria qualificada das mulheres no conjunto dos professores. Com alguma matização, esta situação manteve a sua regularidade.

Tabela VII
Professorado dos Institutos de Bacharelato

Dados dos cursos académicos de 1975 a 1987					
Curso	% AS	% OS	CURSO	% AS	% OS
1975-76	46,3	53,7	1987-88	52,3	47,7
1981-82	46,9	53,1	1988-89	53,8	46,2
1983-84	48,8	51,2	1989-90	56,0	44,0
1986-87	51,4	48,6	1990-91	56,6	43,4

Fonte: *Estatística do Ensino em Espanha*. Anos correspondentes. Elaboração da autora.

Conclusão

Para terminar estas páginas de aproximação à evolução da trajectória profissional das mulheres como professoras do Ensino Secundário, podemos assinalar que todos os indicadores encontrados nos permitem extrair algumas conclusões que sintetizam todo o processo

Em primeiro lugar, verifica-se que houve, da parte das mulheres, um conjunto de expectativas em relação à entrada num mercado de trabalho profissional qualificado; um desejo de que os estudos realizados tivessem uma utilidade pessoal e social; e, por outro lado, o empenho e o esforço dispendidos possibilitaram que tivessem chegado a desempenhar com grande qualidade e reconhecimento social um espaço a que as mulheres legitimamente tinham direito.

Para além disso, a sua atitude permitiu transformações e deslocamentos simbólicos significativos na condição feminina, em períodos históricos e em momentos políticos em que a sua presença não estava prevista numa multiplicidade de cargos que, por sua iniciativa, decidiram ocupar. O exercício destas actividades

exigiu adaptações nas normas legais, nos costumes e nos planos do futuro das mulheres e para as mulheres.

Notas

- ¹ A profissão de marquês refere-se, no caso concreto, ao governador de um marquesado, território defensivo fronteiriço que tinha por finalidade a fixação das fronteiras. Esta divisão administrativa remonta a Carlos Magno. (N.T.)
- ¹ Ordem Real de 2 de Setembro de 1910. *Gaceta de Madrid*, 247, dia 4, 731.
- ² A sua nomeação foi efectuada por meio de uma ordem Real de 30 de Maio de 1918. Na *Gaceta de Madrid*, 160, dia 9 de Junho, 643-644.
- ³ Lei de bases sobre a condição dos funcionários da Administração civil do Estado, de 22 de Julho de 1918. Na *Gaceta de Madrid*, 205, dia 24, 222.
- ⁴ Faz parte do Arquivo Geral da Administração situado em Alcalá de Henares (Madrid).
- ⁵ Decreto Real de 25 de Agosto de 1926 sobre a Reforma do Bacharelato. *Gaceta de Madrid*, 240, dia 28, 240, 1234.
- ⁶ Nem todas as disciplinas do plano de estudos de bacharelato exigiam um professorado com o grau de licenciatura pelo que em cada Centro podia existir um grupo que tinha diplomas de nível médio.
- ⁷ Decreto Real de 6 de Setembro de 1903 modifica o plano de estudos fixado pelo Decreto Real de 17 de Agosto de 1901, para obter o grau de Bacharel. *Gaceta de Madrid*, 259, dia 16, 2391-2392; Decreto Real de 25 relativo a novo plano de Bacharelato. *Gaceta de Madrid*, 240, dia 28, 1234-1237; Decreto relativo ao Plano do Bacharelato do Ensino Secundário. *Gaceta de Madrid*. 242, dia 30, 1871-1874.
- ⁸ No plano de estudos de 1903: Geografia geral e da Europa, Geografia especial de Espanha, História universal, História de Espanha; em 1926: Geografia e História de Espanha, Noções de Geografia e História universais, Noções de Geografia e História da América, Geografia política e económica, História da civilização espanhola nas suas relações com a universal; em 1931: Geografia e História de Espanha, Geografia especial de Espanha, Geografia geral, História universal; em 1932: História universal, História de Espanha, Geografia e História, Geografia especial de Espanha; em 1934 foi reduzido a uma única disciplina: Geografia e História; e em 1938: Geografia e História de Espanha, Noções de Geografia e História universais, Geografia universal, Extensão de Geografia Universal e História da Cultura, História e sentido do Império espanhol.
- ⁹ No plano de estudos de 1903: Língua espanhola, Preceituário literário e composição, Elementos de história geral da Literatura; em 1926: História da Literatura espanhola, Literatura espanhola comparada com a estrangeira; em 1931: Língua espanhola, Elementos de história geral da Literatura, Preceituário literário e composição; em 1932: Língua e Literatura, Preceituário literário e composição, História geral da Literatura; em 1934: Língua espanhola e Literatura; em 1938: Língua espanhola: análise e escrita; Língua espanhola: preceituário literário e composição; Língua espanhola e composição; Literatura espanhola e noções de literatura estrangeira.
- ¹⁰ Aqui incluem-se diferentes disciplinas que foram dadas por professoras: Ciências Naturais, História Natural, Fisiologia, Biologia, Noções de ciências físico-naturais e, inclusive, Agricultura.
- ¹¹ A nomeação fez-se mediante uma Ordem de 6 de Junho de 1928. *Boletín de Instrucción Pública*, nº 55, de 10 de Julho, 40.
- ¹² Esta reforma do plano de estudos do bacharelato foi aprovada por um Decreto de 29 de Agosto de 1934. *Gaceta de Madrid* del 30, nº 242, 1871-1874.
- ¹³ No caso concreto, a condição de marquesa parece referir-se, como sugere o texto um pouco mais adiante, a um título nobiliárquico. (N.T.)
- ¹⁴ As disposições que aqui se referem, não especificadas mais acima são: Decreto de 13 de Maio de 1931 revogando, com as suas disposições complementares, os planos vigentes do Ensino Secundário e de ensino universitário, e ficando restabelecido para o próximo curso a legalidade anterior à Ditadura. *Gaceta de Madrid*, 134, dia 14, 717; Projecto de Bases do Ensino Secundário, de 9 de Dezembro de 1932; Lei da reforma do Ensino Médio. *Boletim Oficial do Estado*, 85, dia 23, 1385-1395.
- ¹⁵ Disciplinas de Geografia e de História fizeram parte dos planos de estudo de todo este período; nos anos de 1903, 1926, 1934 e 1938.

- ¹⁶ O mesmo acontece com as disciplinas de Química e de Física que figuravam nos anos de 1903, 1926, 1934 e 1938.
- ¹⁷ Podiam ensinar Caligrafia (1903 e 1931); Estenografia e Dactilografia (1926); Desenho (1903, -1931-, 1934); ou Línguas: Francês (1903, 1926, 1934, 1938); Inglês (1926, 1934, 1938); Alemão (1926, 1934, 1938); Italiano (1926, 1938).
- ¹⁸ Língua espanhola houve nos planos de 1903, 1934 e 1938; e Literatura nos de 1903, 1926, 1934 e 1938.
- ¹⁹ Psicologia e Lógica, primeiro, em 1903 e 1926, e Filosofia e Ciências Sociais depois, em 1934, eram as matérias específicas que encontramos nesses anos.
- ²⁰ Grego figurou como uma disciplina optativa no plano de estudos de 1934, e já como obrigatória no ano de 1938. Não obstante, Latim manteve-se em todos eles (1903, 1926, 1934, 1938), mas qualquer licenciatura em Filosofia e Letras dava direito à docência.
- ²¹ Aritmética e Geometria eram a denominação das disciplinas nos planos de 1903 e 1926, e Matemática nos de 1934 e 1938. Já antes assinalei que Física figurou em todos estes planos de estudo.
- ²² Correspondente aos planos de estudos aprovados nos anos 1903 e 1926.
- ²³ Esta prova realizava-se nas Faculdades de Medicina. Durante poucos anos, no final do século XIX, funcionou uma Escola de Ginástica que era a que concedia estes graus, mas a sua vida foi muito efêmera. Ginástica como disciplina estava incluída no plano de 1903, com a denominação de Educação Física na reforma de 1931 e no plano de 1934, como Exercícios ginásticos em 1938.

Referências bibliográficas

- Benso Calvo, M^a Carmen (2007). Cambios y resistencias en el bachillerato a principios del siglo XX: currículo, coeducación y formación del profesorado en los Congresos Internacionales de Segunda Enseñanza. *Revista de Ciencias de la Educación*, nº 211, 289-317.
- Correa Figueroa, Antonio (1996). Las primeras alumnas en el Instituto de Segunda Enseñanza de Huelva". Gómez García, M^a Nieves. *Pasado, presente y futuro de la educación secundaria en España*. Sevilla: Kronos, 123-134.
- Flecha García, Consuelo (1998). La incorporación de las mujeres a los Institutos de Segunda Enseñanza en España. *Historia de la Educación. Revista Interuniversitaria*, 17, 159-178.
- (2000). Profesoras y alumnas en los Institutos de Segunda Enseñanza. 1910-1940. *Revista de Educación*, extr., 269-294.
- (2003). Depuración del profesorado en la Guerra Civil Española. Arriaga, Mercedes-Ramírez, Dolores (eds.). *Entretejiendo saberes*. Sevilla, Actas del IV Seminario de AUDEM: Universidad de Sevilla.
- Graña, Isabel-Martín, Francisco-Pozo, M^a del Campo-Sanchidrián, Carmen (2005). *Controlar, seleccionar y reprimir: la depuración del profesorado de Instituto en España durante el franquismo*. Madrid: Instituto de la Mujer.
- Martín Zúñiga, Francisco-Grana Gil, Isabel (1999). La mujer en los cuerpos docentes de secundaria entre los años cuarenta y sesenta: análisis desde los escalafones. Ruiz Berrio, Julio y otr. *La educación en España a examen (1898/1998)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 315-329
- Millán, Ana (1990). Sobre la incorporación de la mujer a la actividad científica en España: la primera Doctora en Matemáticas. Codina, Roser & Llobera, Rosa (eds.). *Història, Ciència i Ensenyament*. Barcelona: Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas, 505-515.
- Pemartín, José (1940³). *Qué es "lo nuevo"*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Pro Ruiz, Juan (1995). Las elites de la España liberal: clases y redes en la definición del espacio social (1808-1931). *Historia Social*, 21, 47-69.
- Sanchidrián Blanco, Carmen (2005). El bachillerato elemental como hito del proceso escolarizador de las mujeres a finales del franquismo. Flecha, Consuelo-Núñez, Marina-Rebollo, M^a José (drs.). *Mujeres y educación. Saberes, prácticas y discursos en la historia*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 377-389.
- Viñao Frago, Antonio (1996). La crisis del bachillerato tradicional y la génesis de la educación secundaria ¿necesidad o virtud?. Gómez García, M^a Nieves (ed.). *Pasado, presente y futuro de la educación secundaria obligatoria*. Sevilla: Kronos, 137-155.